

1988

A Política

## PELO PARLAMENTARISMO

Nos próximos dias o Congresso Constituinte votará o sistema de governo. É a decisão mais importante que será tomada sobre a nova constituição brasileira. Muitos imaginam que a definição dos direitos individuais ou então os avanços sociais sejam as decisões cruciais que os constituintes tomarão. É um engano. Sobre os direitos individuais há consenso, enquanto que os avanços sociais já aprovados ou que poderão vir a sê-lo são de efetividade muito relativa. Pouco pode uma constituição fazer por uma melhor distribuição de renda, e muito menos ainda por um maior desenvolvimento econômico. Muito, entretanto, pode fazer pela consolidação da democracia brasileira caso venha a instituir o parlamentarismo. Ora, é bom lembrar que sem democracia os direitos individuais nada valem e os avanços sociais tendem a ser muito limitados ou então tornam-se negativos.

Podemos dividir os constituintes brasileiros de muitas maneiras. Há os de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita e de direita, mas para a opção entre parlamentarismo e presidencialismo a clivagem ideológica não é a mais importante. No máximo poderemos afirmar que o presidencialismo tende a ser dominante nos dois extremos enquanto o parlamentarismo é majoritário na centro-esquerda e na centro-direita. Mais importante é a distinção entre constituintes que agem de acordo com princípios e constituintes fisiológicos ou oportunistas. Eu diria que entre os primeiros há uma significativa maioria parlamentarista, enquanto os últimos são praticamente todos presidencialista pela simples razão que o governo defende o presidencialismo para conservar a plenitude de seu poder.

A maioria dos líderes mais significativos da Constituinte são parlamentaristas porque estão convencidos de que a consolidação da democracia no Brasil será extraordinariamente facilitada se for este o regime de governo adotado. O presidencialismo não é intrinsecamente incompatível com a democracia, mas a experiência universal demonstra que essa compatibilização é muito difícil. Enquanto há um grande número de países solidamente democráticos e parlamentaristas, a única democracia estável presidencialista existente são os Estados Unidos.

Quase todos os presidencialistas com quem converso admitem que o parlamentarismo é um regime superior de governo, mas logo acrescentam que "o Brasil não estaria ainda preparado para o parlamentarismo". Por quê? Porque não haveria no Brasil partidos suficientemente fortes, porque o povo brasileiro precisaria ainda ser sujeito a um tipo de autoridade ou porque o desenvolvimento do país exigiria ainda um executivo forte que só existiria no

presidencialismo, porque o fisiologismo dos parlamentares tornaria o país ingovernável, porque as crises parlamentares seriam recorrentes.

Ora, no Brasil não existem partidos fortes, ideologicamente definidos, principalmente porque o regime é presidencialista. Quando comparamos a falta de nitidez dos partidos políticos norte-americanos, onde o personalismo é dominante, com a clareza ideológica dos partidos europeus, a fraqueza dos partidos políticos brasileiros torna-se mais fácil de ser compreendida. Colocar em dúvida a capacidade do povo brasileiro de conviver com o parlamentarismo é o mesmo que repetir a velha frase autoritária: "o povo brasileiro ainda não está preparado para a democracia". Um executivo forte, capaz de levar de governar e de levar adiante um plano de desenvolvimento para o Brasil não é necessariamente um executivo presidencialista, mas é indispensável que seja um executivo com legitimidade política - legitimidade política que o parlamentarismo assegura com muito mais facilidade. Temer o fisiologismo dos parlamentares é razoável, mas, como estamos vendo hoje, não é muito mais temível o fisiologismo do governo presidencialista? Evitar crises parlamentares frequentes é sem dúvida um objetivo, mas não é mais importante saber conviver de tempos em tempos com crises parlamentares perfeitamente naturais e afastar definitivamente o risco de crises políticas sem solução constitucional porque não há como mudar um chefe de governo que perdeu legitimidade.

Na verdade, o parlamentarismo é um regime de governo muito superior ao presidencialismo, garante de forma muito mais segura a consolidação da democracia no Brasil, porque assegura uma maior legitimidade ao governo, evitando o risco de governantes sem legitimidade e portanto sem condições de governabilidade assumirem o poder por um "golpe eleitoral" ou se manterem no poder depois de perderem a legitimidade que uma vez tiveram.

Um governo tem legitimidade quando tem o apoio da maioria da sociedade civil, quando está em consonância com o sistema real de poderes existente na sociedade. Sociedade civil não se confunde com povo, porque no povo todos os cidadãos são iguais perante a lei enquanto que na sociedade civil a influência de cada indivíduo é ponderada por seu respectivo poder. Uma nação será tanto mais democrática quanto mais a sociedade civil se aproximar do povo. O poder real da nação, entretanto, está na sociedade civil. E um governo só terá legitimidade e portanto efetiva capacidade de governar se de alguma forma representar essa sociedade civil.

No Brasil existe hoje uma grande crise de governabilidade exatamente porque o governo perdeu legitimidade, porque perdeu o apoio da sociedade civil - e, aliás, perdeu também o apoio do povo. Em um regime parlamentarista o problema seria resolvido com relativa facilidade através da escolha de um novo primeiro ministro.

No presidencialismo poderíamos também ter o problema do golpe eleitoral que o parlamentarismo evita. Entendo por "golpe eleitoral" a eleição para presidente de um líder político carismático sem apoio na sociedade civil. Entraríamos imediatamente após a eleição em um clima de crise política, de crise de legitimidade, para a qual não haveria solução.

O parlamentarismo evita essas crises de legitimidade não apenas porque é mais flexível mas principalmente porque um Congresso com mais de quinhentos parlamentares tende a representar muito melhor a sociedade civil do que um presidente. Na emenda parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima, que está prestes a ser votada, o presidente ainda conserva poderes consideráveis. É assim compatível com um presidente eleito diretamente pelo povo. Mas a chefia do governo fica com o primeiro ministro, cujo poder deriva do seu apoio parlamentar.

Caso o parlamentarismo seja finalmente implantado no Brasil não teremos revoluções, não teremos grandes transformações, não poderemos ficar na esperança da ação providencial de líderes iluminados. Precisaremos mais do que nunca de líderes políticos responsáveis e com espírito público no parlamento. Mas a consolidação da democracia brasileira deixará de depender desta ou daquela personalidade e será o resultado de um esforço coletivo de toda a sociedade. (*Folha de S.Paulo*, 13 de março de 1988)

\*\*\*\*\*

#### CRISE SEM PRECEDENTES

O Brasil vive hoje uma crise política e uma crise econômica sem precedentes. A crise política não é apenas uma crise de legitimidade do governo semelhante à verificada nos últimos anos do regime militar. É também uma crise de desilusão e de falta de perspectivas, de falta de esperança mesmo. A crise que marcou o final do regime militar foi também grave, mas era uma crise marcada pela esperança, pela perspectiva da redemocratização.

A crise é de falta de legitimidade porque o governo perdeu qualquer apoio da sociedade civil. Não se trata apenas de perda de popularidade, de falta de apoio do povo. Também as classes dirigentes, que têm um peso muito maior na sociedade civil do que os cidadãos comuns, perderam a confiança no governo. E quando se configura uma crise de legitimidade temos imediatamente o

problema da ingovernabilidade. O governo, isolado da sociedade, se imobiliza, e a crise só tende a se aprofundar.

Tão ou mais grave do que a crise política, porém, é a crise econômica. Vivemos nos anos oitenta a mais grave desaceleração econômica da história do Brasil industrial. Há sete anos, desde o final de 1980, a renda per capita brasileira não cresce, e não há perspectiva de que neste ano volte a crescer. Desde que se iniciou o processo da efetiva industrialização no país, por volta de 1890, não assistíamos a um processo de estagnação econômica com essa duração. Em 1930 tivemos uma grande crise interna, reflexo da crise mundial, mas já em 1933 havíamos retomado o crescimento e superado os níveis de produção industrial de 1929.

As duas crises são autônomas, embora interdependentes. A crise econômica precedeu a crise política. Na verdade a perda de legitimidade do governo foi em grande parte decorrência de sua incapacidade de enfrentar com a determinação necessária as causas básicas da estagnação econômica. Estas causas estão hoje muito claras e estão interrelacionadas: de um lado temos o profundo desequilíbrio financeiro do setor público, de outro a dívida externa excessivamente elevada. Ou, em outras palavras, de um lado temos o déficit público, a dramática redução da capacidade de poupança do Estado, de outro, a necessidade de realizar pesadas transferências de recursos para exterior para pagar os juros da dívida. As conseqüências são a redução dos investimentos, a inflação, a concentração de renda nos setores improdutivos da economia, e finalmente a própria estagnação econômica.

Mas a crise política tem causas especificamente políticas. O governo Sarney revelou-se incapaz de ser fiel ao pacto democrático que reuniu os setores modernos da sociedade brasileira: os empresários industriais, a classe média intelectualizada e os trabalhadores organizados. Rompeu esse pacto ao se aliar aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira para garantir cinco anos de governo para si próprio. A perda de apoio da sociedade civil tornou-se assim inevitável.

A crise política atual só tem um lado positivo: a Constituinte, não obstante as críticas que cada um de nós possa ter, demonstra representar a média da sociedade civil brasileira, vem realizando um trabalho sério, e afinal produzirá a melhor constituição possível para o Brasil de hoje. É a única luz no fundo do túnel. Mas o próprio trabalho da Constituinte está ameaçado pela profundidade da crise econômica e política. (*Senhor*, 16 de maio de 1988).

\*\*\*\*\*

## NOVO PARTIDO

A criação de um novo partido com a cisão dos "históricos" do PMDB está prestes a se consumir. A decisão dos governadores e do presidente do partido de manter seu apoio ao governo federal aos cinco anos do presidente Sarney, reafirmada na última reunião dos governadores em Brasília, parece ter colocado um ponto final na questão. Uma parte ponderável dos líderes mais representativos do PMDB está em vias de constituir um novo partido, social-democrata, de centro-esquerda, liberal-progressista, efetivamente comprometido com as bandeiras de democracia e justiça social que durante toda a luta pela redemocratização do Brasil pareciam pertencer ao MDB e depois ao PMDB.

O presidente do partido, dr. Ulysses Guimarães, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia - os dois homens hoje com maior poder dentro do PMDB - ainda poderiam evitar a formação de um novo partido caso decidissem apoiar o rompimento com o governo federal. Parece, entretanto, pouco provável que isto venha a ocorrer. O Dr. Ulysses sabe que esse rompimento poderia também levar à divisão do partido devido ao inconformismo dos seus setores fisiológicos. Por outro lado, coloca como prioridade absoluta de sua ação política o término do trabalho da Constituinte e teme que esse objetivo possa ser colocado em risco caso o PMDB rompa com Sarney. O governador Quércia, por sua vez, entende que se entrar em conflito com o governo federal privará São Paulo das verbas federais. Além disso não é candidato à presidência da República em 1988 mas poderá sê-lo em 1989, quando já terá ultrapassado a metade do seu mandato de governador.

Entendo que cometem um erro ao tomar essa posição. O presidente Sarney, a partir de maio de 1987, quando anunciou à Nação que ficaria cinco anos na presidência, começou a romper sistematicamente o pacto político democrático que, reunindo as forças modernas e progressistas do país, restabeleceu a democracia no país e o conduziu ao poder. Essa decisão conflitava claramente com os compromissos que Tancredo e Sarney assumiram quando foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, de forma que a partir dessa decisão do presidente os setores mais democráticos e progressistas começaram a se desligar do governo. O presidente, por sua vez, para fazer valer sua decisão passou a se aliar com os setores mais retrógrados e parasitários da sociedade e da política brasileira, reinstaurando pouco a pouco o Velho Regime, e a utilizar os recursos do governo de forma explícita para obter apoio parlamentar e dos governadores. Em consequência dessa estratégia e de um conjunto de ameaças veladas, provavelmente ficará os cinco anos que deseja, ao mesmo tempo que sua popularidade baixa a índices inferiores aos do Presidente Figueiredo e que perde todo o apoio da sociedade civil, lançando o país em uma crise de perda de legitimidade política sem precedentes.

Ora, diante desse quadro, mais valeria para o dr. Ulysses o rompimento do partido pela direita fisiológica do que pela centro-esquerda liberal e progressista; para Quéricia mais valeria ser o líder a médio prazo de um grande partido social-democrata, do que ser candidato em 1989 por um partido esvaziado e desmoralizado. O trabalho da Constituinte não será prejudicado caso o PMDB rompa com o governo Sarney, e afinal as verbas que o governo federal têm disponíveis para São Paulo são muito pequenas em comparação com o custo político de obtê-las.

Esta, entretanto, é a minha avaliação. Não foi, até agora, a avaliação do dr. Ulysses e da maioria dos governadores. Dessa forma, não restará outra alternativa para quem não admite apoiar um governo que nada tem a ver com seus próprios princípios e ideais políticos senão sair do PMDB e fundar um novo partido democrático. (*Senhor*, 23 de maio de 1988).

\*\*\*\*\*

### A CRISE POLÍTICA

A decisão da Constituinte de conceder ao Presidente Sarney um mandato de cinco anos tem pelo menos um mérito: elimina a causa original e específica da crise política que hoje o país atravessa. Isto não significa que a crise seja assim superada. Existe inclusive a possibilidade de que ela se agrave, dado o fato de que a partir de agora não existem alternativas institucionais: a sociedade deverá conviver com o atual governo até o início de 1990. Mas significa que entramos em uma nova etapa que, com sorte, poderá ser melhor para o país.

A profunda crise política em que o Brasil está hoje imerso define-se pela falta de legitimidade do governo, ou, em outras palavras, pela falta de apoio do governo na sociedade civil. As elites dirigentes do país fora do aparelho do Estado - a sociedade civil portanto - perderam definitivamente a confiança no governo durante o primeiro semestre de 1987, quando, após o fracasso do Plano Cruzado, o presidente Sarney declarou que ficaria no poder durante cinco anos (discurso pronunciado no dia 18 de maio), e a partir daí passou a usar, de forma crescente e com uma intensidade sem precedentes na história deste país, do fisiologismo, da utilização das verbas do governo, para "convencer" governadores e parlamentares a apoiarem os cinco anos. Ao mesmo tempo passou a buscar uma aliança com as forças mais à direita e retrógradas do país - com o que poderíamos chamar de capital mercantil, arcaico, parasitário, dependente dos favores do Estado - que até certo ponto se confundem com os setores

A POLÍTICA

autoritários da sociedade, que haviam sido derrotados em 1984 com a eleição de Tancredo Neves.

Ao adotar essa estratégia política o Presidente afinal garantiu os cinco anos que tanto desejava às custas do rompimento do pacto democrático, moderno e progressista, que entre 1977 e 1984 logrou restabelecer a democracia no país. Esse pacto - uma grande coalizão de centro-esquerda e de centro-direita - formou-se aproximadamente em 1977, quando aos trabalhadores e às classes médias intelectualizadas dos setores modernos da sociedade se juntaram os empresários industriais. Com a adesão destes últimos a redemocratização tornou-se inevitável. Os empresários industriais, ou, mais amplamente, a burguesia moderna brasileira constitui-se hoje, depois de quase sessenta anos de desenvolvimento e consolidação, na força econômica e ideológica hegemônica dentro da sociedade brasileira.

O rompimento pelo Presidente Sarney explica a falta de legitimidade de seu governo. Sua tentativa de obter o apoio dos setores conservadores e modernos de centro-direita e a maioria dos empresários industriais brasileiros - fracassou. Perdeu o apoio destes quase na mesma proporção perdeu o apoio dos setores progressistas de centro-esquerda. O que logrou foi o apoio dos políticos fisiológicos e da burguesia arcaica e parasitária que está sempre a favor do Governo porque depende dos favores do Estado.

Durante todo o período em que ocupei o Ministério da Fazenda (29 de abril a 20 de dezembro de 1987), além de dirigir a política econômica do país, procurei no plano político evitar o rompimento do pacto democrático. Um acordo com os parlamentaristas, pelo qual trabalhei intensamente, teria evitado esse rompimento. Não fui bem sucedido, e vi dia a dia a Presidência se aliar às forças mais retrógradas do país, ao mesmo tempo que perdia legitimidade. Resta agora a todos aqueles que participaram do pacto democrático, progressista e moderno, de 1977 o problema de saber conviver com esse governo até o início de 1990 e ao mesmo tempo pensar como, de alguma forma, restabelecê-lo para as eleições presidenciais de 1989. (*Senhor*, 6 de junho de 1988).

\*\*\*\*\*

## HIERARQUIA OU PRIVILÉGIO

A Universidade de São Paulo volta às manchetes dos jornais - e, o que não deixa de ser curioso, às suas seções de matérias pagas - a partir do conflito



de uma parte dos professores titulares da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica contra o novo estatuto da universidade que retira dos professores titulares a condição de membros natos das respectivas Congregações. Os professores titulares das duas grandes escolas da universidade, indignados, publicam manifestos nas primeiras páginas dos jornais e ameaçam separar-se da USP caso a reforma se consuma. O que está em jogo é não apenas seu poder como membros das respectivas Congregações, mas também o privilégio que, por exemplo, os professores titulares da faculdade de Medicina têm hoje de dirigir vitaliciamente os setores ou departamentos do Hospital das Clínicas.

OC Há quase vinte anos atrás uma reforma universitária eliminou formalmente os direitos feudais dos professores catedráticos, que passaram a ser chamados de professores titulares, mas em certas escolas mais tradicionais da USP o sistema vitalício dos catedráticos foi mantido praticamente intacto. Com a reforma atual o que se pretende é completar a reforma anterior, dando à USP uma estrutura de poder moderna, semelhante à das grandes universidades dos países centrais.

É preciso, entretanto, não confundir a reforma que o reitor José Goldemberg vem liderando com as práticas participacionistas e populistas, inspiradas em um democratismo equivocado, de que foram vítimas algumas universidades - principalmente universidades católicas - nos últimos anos. É fundamental manter na universidade o princípio da hierarquia, é essencial garantir aos professores direitos ou poderes de acordo com sua titulação acadêmica e sua posição na carreira universitária - caso contrário teremos a desordem e o desestímulo ao trabalho acadêmico baseado na obtenção de títulos -, mas isto não significa que praticamente todos os direitos devam ser reservados aos professores titulares. Titulação e posição na carreira são indicações de saber e maturidade, mas não significam que seus detentores tenham o monopólio do saber e da maturidade - ou do poder que desses atributos deve decorrer.

Se é preciso evitar o erro do democratismo populista, é fundamental também afastar o erro do privilégio, da hierarquia legítima transformada em poder autoritário, do estímulo à titulação acadêmica transformado em presunção de monopólio da competência acadêmica e burocrática para os titulados e particularmente aos professores titulares. A Universidade deve ser capaz de reunir de uma forma dialética a tradição e a inovação, a hierarquia e o princípio democrático, a ordem e a competição. O novo estatuto da USP aponta nessa direção e deve ser prestigiado. (*Senhor*, 20 de junho de 1988).

\*\*\*\*\*

## O FISIOLÓGISMO CONTRA OS PARTIDOS

A consolidação da democracia depende da construção de partidos políticos fortes, sejam eles partidos ideológicos ou partidos de massa. Os dois obstáculos fundamentais à constituição de partidos dessa natureza no Brasil são o regime de governo presidencialista, que concentrando o poder no presidente esvazia os partidos, e o tipo de política fisiológica apoiada em um estado de natureza patrimonialista ou mercantil que corrompe os partidos políticos, impendendo-os de se transformarem em efetivos veículos de representação popular.

A *Folha de S.Paulo* publicou no último dia 19 um fascinante debate entre alguns dos mais notáveis cientistas políticos brasileiros travado por ocasião do lançamento do livro *A Democracia no Brasil - Dilemas e Perspectivas* (São Paulo, Editora Vértice). Guillermo O'Donnell iniciou o debate expressando o estado de profunda preocupação dos autores do livro com a fragilidade da democracia na América Latina e com a própria desagregação do Estado nos países latino-americanos e em particular no Brasil. E falou na possibilidade de uma "morte lenta" da democracia, pela progressiva e quase imperceptível militarização do poder no país.

A partir, entretanto, da crítica de Francisco Weffort ao argumento de Fábio Wanderley Reis quanto à eficácia democrática dos partidos-frente, a discussão concentrou-se no papel dos partidos políticos para a consolidação da democracia. O problema militarismo inicialmente proposto por O'Donnell provavelmente deveria ter tido uma atenção maior. A redemocratização do Brasil ocorreu sem que se reduzisse o poder militar. Ao invés de um Ministério da Defesa ocupado por um ministro civil no Brasil continuam a existir seis ministros militares! Talvez tenha sido essa uma das razões que levou Weffort a distinguir um governo democrático de um regime democrático e a afirmar que, com muito otimismo, é possível afirmar que o governo Sarney é democrático, mas isto não significa que tenhamos um regime democrático no Brasil.

Em seguida, entretanto, o debate concentrou-se no problema dos partidos políticos, cujo papel é absolutamente central para a consolidação da democracia. Fábio Wanderley defendeu de forma muito provocativa uma idéia muito simples e ao mesmo tempo perturbadora: a opção entre partidos ideológicos ou "autênticos" e partidos-frente, heterogêneos, clientelísticos ou fisiológicos, é falsa. Na verdade, já que os partidos ideológicos são inviáveis no Brasil, a opção real é entre partidos "autênticos" ou "virtuosos" sem eleitores e partidos "inautênticos", fisiológicos, com eleitores. Política não significa necessariamente agregação de interesses coletivos. Pode também estar a serviço de interesses individuais.

Fábio Wanderley está claramente pensando no PMDB quando defende essa tese: um partido bem sucedido eleitoralmente que tendia a ser ideológico,

ou a pelo menos ter um vetor ideológico progressista, mas que afinal limitou-se a ser um partido-frente descaracterizado pelo fisiologismo generalizado. É a experiência do PMDB que o leva a identificar partidos-frente ou partidos de massa com partidos fisiológicos, e talvez se lembre do velho Partido Socialista Brasileiro quando atribui aos partidos ideológicos a falta de eleitores.

Na verdade, quando classificamos os partidos devemos pensar não em duas mas em três categorias: os partidos ideológicos, os partidos de massa ou partidos-frente e os partidos fisiológicos. Um partido de massa não é necessariamente fisiológico ou clientelístico. Os partidos nos Estados Unidos são de massa e não são particularmente fisiológicos. Os grandes partidos são sempre uma mistura de ideologia, representação de massa e fisiologia. O importante é saber qual é a característica dominante, e se esta for o fisiologismo, entender por que isto ocorre.

No Brasil o fisiologismo tende a dominar os partidos políticos quando estes chegam ao poder porque o Estado brasileiro conserva ainda um caráter essencialmente patrimonialista (Weber) ou mercantil (Marx), porque uma de suas funções fundamentais continua a ser a de distribuir prebendas, subsídios, incentivos, empregos, privilégios de toda natureza para aqueles estão no poder ou giram em torno dele.

Dessa forma um partido como o PMDB, que foi um partido-frente, que pretendeu ser e quase foi um partido ideológico, quando chegou ao poder corrompeu-se, transformou-se em um partido fisiológico. Em 1974, 1978 e 1982 esse partido obteve um grande número de votos sem ser fisiológico. Era apenas um partido-frente com uma clara opção democrática e uma tendência de centro-esquerda. Quando chegou ao poder, as práticas tradicionalmente clientelistas dominantes no Estado foram mais fortes do que os princípios ideológicos de um grande número de seus membros. Por isso o PMDB sucumbiu ao fisiologismo.

A consolidação da democracia no Brasil depende de uma crítica cerrada a esse tipo de prática política fisiológica e à possibilidade de o Estado distribuir favores aos que o circundam. Para isso não basta a crítica cerrada a todos tipos de clientelismo. É preciso também reformar o Estado, reduzindo seus poderes, diminuindo sua possibilidade de distribuir prebendas de todos os tipos. (*Folha de S.Paulo*, 26 de junho de 1988).

\*\*\*\*\*

## O PARTIDO NECESSÁRIO

A fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) marca uma nova etapa na luta pela democracia no Brasil. Quando líderes políticos como Franco Montoro, Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e Pimenta da Veiga decidem abandonar o PMDB e fundar um novo partido, não o fazem por motivos pessoais, por interesses menores. Eles respondem a uma demanda de seus eleitores e a um imperativo de suas consciências. O Brasil necessita de um partido autenticamente democrático e de centro-esquerda, de um verdadeiro partido social-democrático portanto, de um partido moderno e progressista, que tenha a vocação para o poder e a firmeza de não se deixar corromper por esse poder. O PSDB procurará ser esse partido no Brasil.

O MDB e depois o PMDB marcaram uma etapa na luta pela democracia neste país. O autoritarismo tecnoburocrático-militar que dominou o país durante vinte anos só pôde ser derrotado graças à capacidade que esse partido teve de aglutinar em torno de si todos os setores modernos e progressistas, principalmente de centro-esquerda, mas também de centro-direita, e assim constituir-se ele próprio em um grande pacto político democrático.

Entretanto, a partir do momento em que o PMDB assumiu o poder, começou a corromper-se, a trair seus próprios ideais. Em uma primeira etapa o PMDB chegou ao poder ao nível dos estados, em 1982, com a eleição de nove governadores. Esses governadores, entretanto, estavam engajados na luta pela redemocratização. Por isso e porque entre esses governadores estavam alguns dos seus líderes mais representativos, como Tancredo Neves e Franco Montoro, esses governadores souberam resistir ao fisiologismo. Mas partir do momento em que o PMDB conquistou o governo federal, em 1985, entrou em um processo de corrupção fisiológica ou clientelista que afinal o desfigurou.

Esse processo teve início ainda em 1984, quando já era óbvio que o PMDB conquistaria o poder. Nesse momento começa a adesão dos oportunistas de todos os tipos, dos políticos fisiológicos ou clientelista que apoiam sempre o governo porque dependem de seus favores. Somem-se a essas novas aquisições os velhos políticos fisiológicos que escolheram a legenda do PMDB no período ditatorial por falta de espaço na legenda oficial, e teremos a constituição de uma maioria oportunista no partido.

Nas eleições de 1986 o inchaço e o desfiguramento ideológico do PMDB já se fazia sentir fortemente. Foi, entretanto, a partir de 1987, quando o partido decidiu continuar apoiando um governo que traía todos os princípios em que sempre se baseara, que esse processo tornou-se irreversível. O PMDB sucumbiu assim ao fisiologismo, deixou-se corromper por um Estado clientelístico que distribui benesses aos que dele se aproximam.

É nesse quadro que surge o PSDB. Seu compromisso é com a social-democracia, com a implantação no Brasil de um capitalismo moderno que aos poucos deverá ir sendo transformado em um regime socialista democrático. Seus inimigos principais são o fisiologismo, o populismo, o nacionalismo xenófobo, o liberalismo e o estatismo radicais. Seus objetivos imediatos no plano econômico são a retomada do desenvolvimento e uma distribuição mais justa da renda, no plano político, a consolidação e o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Se lograremos ser fieis a esses princípios e objetivos é uma coisa que só a história poderá atestar. (*Senhor*, 11 de julho de 1988, publicado com o título "Um pacto político em forma de partido")

\*\*\*\*\*

### NACIONALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

As empresas multinacionais no Brasil estão hoje envolvidas em uma campanha para suprimir da nova Constituição uma série de dispositivos "nacionalistas", que, de fato, representam o aspecto mais retrógrado e antinacional do trabalho realizado pela Constituinte. Sem inviabilizar o capital multinacional no Brasil, os constituintes aprovaram uma série de dispositivos - definição de empresa nacional, preferência para as empresas nacionais nas compras do governo, exclusão das empresas multinacionais das novas explorações minerais, proibição de contratos de risco na indústria do petróleo - que só contribuirão para afastar ainda mais os investimentos externos no Brasil, quando a economia brasileira, estagnada, mais necessita deles.

Nos anos 40 e 50 foi desenvolvida uma tese nacionalista sobre a industrialização brasileira segundo a qual haveria uma aliança do capital mercantil agro-exportador com o capital estrangeiro para se opor à industrialização brasileira. Essa tese tinha base na realidade no que diz respeito aos setores exportadores de produtos primários, a começar pelos cafeicultores, que de fato se opunham ferozmente a qualquer forma de proteção à indústria nacional nascente. Em relação às empresas multinacionais, entretanto, tal tese revelou-se ainda nos próprios anos 50 uma ficção. A industrialização brasileira, que até o final dos anos 40 tinha sido o resultado exclusivo da ação do empresariado nacional e do Estado, a partir de então passa a contar com a decisiva participação das empresas multinacionais, que passam a investir decididamente no Brasil.

Hoje, da mesma forma que é indiscutível que jamais o Brasil teria tido o desenvolvimento industrial que teve não fora a participação ativa do Estado, o mesmo é inegável em relação às empresas multinacionais. O desenvolvimento brasileiro teria sido certamente muito mais lento entre 1950 e 1980 se as empresas multinacionais houvessem estado ausentes do país.

Os nacionalistas que votaram na Constituinte medidas restritivas às empresas multinacionais não souberam perceber que o Brasil de 1988 é muito diferente do Brasil de 1950, quando suas idéias se formaram. Ser nacionalista é defender os interesses do Brasil, os quais, sem dúvida, nem sempre coincidem com os interesses de outras nações. Mas ser nacionalista hoje no Brasil certamente não é atacar as multinacionais, cuja contribuição para a industrialização brasileira é e poderá ainda ser no futuro muito grande. Ser nacionalista hoje, no Brasil, é exigir uma política diferente em relação à dívida externa, que hoje é o maior obstáculo ao desenvolvimento brasileiro. É superar a crise fiscal do Estado brasileiro e em seguida fazer o que o Estado da Coréia do Sul está fazendo: investir pesadamente em ciência e tecnologia, e repassar os frutos das pesquisas para garantir a modernização da indústria nacional. Ser nacionalista é em um determinado momento estabelecer uma reserva de mercado (como foi feito na área de informática), e em um segundo momento começar a flexibilizar e finalmente terminar essa reserva (como já deveríamos estar fazendo). Os norte-americanos são nacionalistas, os franceses são nacionalistas, os japoneses são nacionalistas, os brasileiros também podem e devem ser nacionalistas. Mas há um nacionalismo inteligente, moderno, pragmático, que muda à medida que mudam as condições econômicas do país e a situação internacional, e um nacionalismo parado no tempo, contra o qual estão muito justamente se levantando as empresas multinacionais instaladas no Brasil.

A industrialização brasileira está em crise. Entre 1950 e 1980 o crescimento industrial brasileiro foi em média de 8,6 por cento ao ano; a partir de 1981 essa taxa reduziu-se para 1,4 por cento. Em termos per capita é a estagnação. Diante desse quadro gravíssimo é essencial que o Brasil tenha a coragem de enfrentar os grandes problemas da economia brasileira: o desequilíbrio estrutural do setor público e a dívida externa. Mas, ao mesmo tempo que tomarmos medidas muito firmes para liquidar com o deficit público e para reduzir a dívida externa, deveremos nos empenhar em modernizar nossa indústria e integrar cada vez mais o Brasil na economia internacional. Para estas duas últimas tarefas a colaboração das empresas multinacionais será essencial. A subserviência colonial às grandes nações industriais - em relação à dívida externa, por exemplo - não nos levará nessa direção, mas um

nacionalismo retrógrado, fora do tempo, não terá melhores resultados. (*Gazeta Mercantil*, 12 de agosto de 1988, publicado com o título "Nacionalismo e Progresso")

\*\*\*\*\*

### A CONSTITUIÇÃO POSSÍVEL

O ataque desferido pelo presidente Sarney à nova Constituição é injustificável. A ingovernabilidade do país é o problema atual do país, que a aprovação definitiva do novo texto constitucional poderá ajudar a contornar, na medida em que elimina uma fonte de imprevisibilidade. Ainda é possível corrigir alguns dos erros presentes no atual texto, inclusive aqueles que aumentaram a despesa do Estado, mas convém lembrar que boa parte das medidas populistas que ainda lá estão contaram com o apoio dos principais líderes parlamentares do governo federal.

A Constituição que o Congresso Constituinte está ultimando não é certamente o documento ideal para o Brasil, mas está longe de ser tão conservadora quanto pretende a esquerda, ou de se constituir em um amontoado de equívocos como afirmam liberais extremados que desejavam uma Constituição tão geral nos seus dispositivos que afinal não garantiria direito algum.

Apenas no capítulo da Ordem Econômica a nova Constituição é definitivamente retrógrada, na medida em que defende um nacionalismo dos anos cinquenta, discriminatório contra as empresas multinacionais. E há o incrível tabelamento dos juros bancários que deixa os constituintes na situação ridícula de tentar legislar sobre o ilegível. Mas esses erros ainda podem ser corrigidos na última fase dos trabalhos da Constituinte através de emendas supressivas.

Feitas essas ressalvas temos uma boa Constituição. Poderia, sem dúvida, ser mais sintética, mas o desejo de ver já assegurado na Constituição alguns direitos ou algumas obrigações próprias da legislação ordinária era insopitável. Alguns dos seus dispositivos são meras declarações de intenções, já que não há como transformá-los em realidade. Além do nacionalismo retrógrado, populismo e corporativismo estão presentes de várias formas. Em contra-partida os poderes quase absolutos da Presidência foram reduzidos, o sistema orçamentário ganhou força, o sistema tributário foi descentralizado e ganhou

maior racionalidade, além dos direitos individuais e dos direitos sociais que também são em última análise individuais surgiu a idéia dos direitos da sociedade contra o Estado e contra os indivíduos excessivamente poderosos, os direitos trabalhistas foram ampliados. Entre eles apenas um é definitivamente insustentável do ponto de vista da racionalidade econômica: a jornada de seis horas em empresas com sistema de revezamento. Por tudo isso podemos dizer que esta é uma boa Constituição - uma Constituição que, como queria o autor de seu regimento, Fernando Henrique Cardoso, foi construída de baixo para cima, a partir do trabalho de subcomissões e comissões e não a partir de um ante-projeto burocraticamente preparado por um grupo de técnicos iluminados.

Temos uma boa Constituição porque é a constituição possível, porque não poderíamos ter uma constituição melhor no estágio de desenvolvimento político em que se encontra o Brasil. E também porque é uma constituição representativa da sociedade civil brasileira, na medida em que o Congresso, com todo o seu fisiologismo, com todo o seu populismo, com todo o seu conservadorismo, com todo o seu nacionalismo retrógrado, é ele próprio um congresso representativo.

Na verdade, em meio à crise econômica e política em que estamos imersos, esta nova Constituição é o único grande fator positivo, porque representa um passo decisivo da consolidação da democracia brasileira - uma democracia conservadora, populista, clientelística, de elites - mas uma democracia, e portanto um regime político passível de aperfeiçoamento a partir de suas bases. (*Senhor*, 1 de agosto de 1988).

\*\*\*\*\*

### O EXERCÍCIO CÍVICO NECESSÁRIO

A notícia, na última semana, que a inflação passará de um patamar de 20 por cento ao mês para uma taxa de 24 por cento em julho trouxe novamente para a sociedade brasileira uma sensação de ansiedade, de quase pânico. Medo de hiperinflação, medo de desorganização econômica, incerteza quanto ao futuro. Para quase todos recolocou-se uma questão que vem sendo repetida com frequência cada vez maior desde que foram assegurados cinco anos ao Presidente Sarney: "como será possível ao país atravessar os dezoito meses de desgoverno que temos ainda pela frente?"



Não tenho uma resposta satisfatória para essa pergunta. A crise política - a crise de falta de legitimidade da presidência - foi sem dúvida provocada pelo próprio Sarney. O recente episódio de seu ataque à Constituição, e de sua fulminante derrota dois dias depois no plenário da Constituinte, seguida pela saída dos três últimos ministros progressistas de seu governo, de Renato Archer, Celso Furtado e Luiz Henrique, são uma última demonstração do desastre político que tem sido seu governo.

A crise econômica, entretanto, é anterior a Sarney. Vem do final da última década. Simplesmente o presidente não se demonstrou à altura do problema. Não foi capaz assumir o comando da grande batalha contra o desequilíbrio financeiro estrutural do setor público e a dívida externa, que estão na base da estagnação econômica e das altíssimas taxas de inflação que afligem o país nesta década, nem sequer soube dar a seus ministros da área econômica o apoio necessário para que realizassem o ajuste necessário. Esta crise é muito profunda, exige medidas heróicas. Exige uma visão e uma coragem que só os estadistas possuem. Não é esse, obviamente, o caso de Sarney.

Não vejo, portanto, perspectivas de solução a curto prazo para a crise brasileira. Por isso nosso exercício neste momento, o exercício cívico e democrático que o momento exige, deve ser o de saber conviver com a crise - com a falta de legitimidade política do governo, com a inflação, com a estagnação.

Sem dúvida, não podemos perder o senso crítico. Devemos ter bem claro para nós o fracasso deste governo, seu conservadorismo que não convence os próprios conservadores porque na verdade é um conservadorismo arcaico, mercantil, parasitário do Estado que nada tem a ver com o capitalismo moderno, seu fisiologismo ou seu clientelismo intrínsecos que o fazem tributário das formas mais antigas e mais condenáveis de fazer política, sua mediocridade que o torna incapaz de compreender a natureza da sociedade brasileira e da crise que a assoberba, sua fraqueza senão sua tibieza que não lhe permitem tomar as medidas corajosas que o momento exige.

Mas, ao mesmo tempo, devemos ter paciência. Empresários, trabalhadores, classes médias assalariadas precisam compreender que no momento não há mais nada a fazer politicamente a nível federal senão esperar, senão conviver com a crise. A nível municipal teremos eleições, que serão importantes, principalmente a de São Paulo. A vitória do PSDB deverá significar uma nova esperança para o país. Mas no plano nacional, o exercício democrático necessário é o da paciência, é o de saber suportar o momento difícil sem pânico nem desesperança. *Senhor*, 10 de agosto de 1988).

\*\*\*\*\*

## A CORAGEM E A VISÃO AUSENTES

De volta da União Soviética, onde passei uma semana participando de um seminário sobre a segurança econômica internacional e aprendendo sobre a *perestroika*, penso em escrever sobre minha viagem. Mas, ao chegar ao Rio de Janeiro, em trânsito para São Paulo, leio os jornais brasileiros e não posso deixar de me perguntar: como escrever sobre a economia internacional ou sobre a União Soviética quando a economia brasileira pega fogo, quando só se fala em crise, em fuga de capitais e em hiper-inflação?

Mas é evidente que aquilo que debati lá está diretamente relacionado com o que vejo aqui. As Nações Unidas discutirão no próximo ano o problema da segurança econômica internacional e o seminário realizado em Moscou teve caráter preparatório desse debate. O mundo começa a perceber que talvez tão importante quanto a segurança política e militar é a segurança econômica, e nenhum tema é mais atual no Brasil do que este, porque vivemos hoje um momento de insegurança econômica sem outro precedente na história deste país senão o da crise do primeiro semestre de 1987.

Um sintoma dessa insegurança é a fuga de capitais. O *Jornal do Brasil* do último domingo apresentou uma reportagem completa sobre o assunto. Até o início dos anos oitenta o Brasil era um oasis nessa matéria. Enquanto os empresários do México e da Argentina enviavam bilhões e bilhões de dólares para o exterior, o Brasil, graças ao desenvolvimento econômico, a elevadas taxas de lucro internas e a taxas de juros positivas protegidas pelo sistema de indexação, pouco sofria com a fuga de capitais. A situação mudou drasticamente nos últimos anos. Segundo dados do Banco Mundial, entre 1983 e 1986 as remessas ilegais de dólares alcançou US\$12,8 bilhões contra US\$5,8 bilhões nos seis anos anteriores. Em 1988, entretanto, a fuga de capitais estaria alcançando níveis sem precedentes. Segundo estimativas do mercado financeiro somente neste ano estariam sendo transferidos para o exterior através do mercado paralelo US\$6 bilhões.

No mesmo dia, na *Folha de S. Paulo*, Rudiger Dornbusch afirma que caminhamos para a hiper-inflação, e lembra que isto ocorrerá quando os investidores do *open* perderem confiança na OTN e optarem pelo dólar. Nesse momento o governo não terá outra alternativa para financiar seu déficit senão a emissão de moeda, e nada mais segurará o espiral inflacionário. Edmar Bacha, no mesmo jornal, declara que se o governo pretende estabilizar a inflação ao nível de 20 por cento, é melhor que o presidente renuncie e deixe para outro a tarefa de por ordem na economia. Não é possível conviver com uma inflação nesse nível, muito menos estabilizá-la. Ainda que de forma oclante, a inflação inercial tenderá a ser sempre crescente, caminhando inexoravelmente para a hiper-inflação se medidas heroicas não forem tomadas.

Mas quem vai tomá-las? Na União Soviética a *perestroika* é claramente uma medida de grande coragem que está sendo tomada. Para arrancar a economia de seu país da estagnação e do atraso Gorbachev tem a visão e a ousadia de iniciar uma reestruturação completa do sistema econômico. Os riscos de inflação e de desemprego são grandes, a burocracia resiste, uma boa parte do povo tem medo das reformas, mas elas estão sendo realizadas. O principal economista da *perestroika*, Abel Aganbenkian, disse-me que a União Soviética não tem outra alternativa senão realizá-las.

O Brasil também não tem outras alternativas senão tomar medidas heroicas para resolver os principais problemas de sua economia em profunda crise: o déficit público, a dívida externa e a inflação. Não existe, porém, nem em suas elites dirigentes nem no governo a coragem e a visão necessárias para que essas medidas sejam tomadas. Resta o impasse. (*Senhor*, 7 de setembro de 1988).

\*\*\*\*\*

#### OS RISCOS DA PERESTROIKA

Fui à União Soviética participar de um seminário sobre a Segurança Econômica Internacional patrocinado pela revista *South*, e durante a semana que permaneci em Moscou procurei me informar o mais possível sobre a *perestroika*, a grande reestruturação da economia soviética que Gorbachev está iniciando. *Perestroika* significa reestruturação, mas na verdade, em conjunto com a *glasnost*, com a liberalização política e cultural, representará, caso levada a cabo, a grande revolução ocorrida no mundo na segunda metade do século XX.

A revolução socialista de 1917, que marcou toda a primeira metade do século XX, foi prematura, e acabou se reduzindo a uma revolução estatista ou tecnoburocrática. Revelou-se, nos seus primeiros cinquenta anos, uma estratégia eficiente de industrialização e de distribuição de renda às custas de uma enorme repressão política exercida por uma classe dominante de tecnoburocratas, cujos privilégios econômicos são pequenos, mas cujo poder político e administrativo é imenso. Ao invés de socialismo o que temos na União Soviética é o estatismo; ao invés de uma sociedade sem classes, uma sociedade dividida em duas classes - os trabalhadores e a tecnoburocracia -, embora a clivagem entre essas classes seja muito menos clara do que a existente entre a burguesia e os trabalhadores no capitalismo.

Uma das características básicas do estatismo é a desconsideração das leis do mercado, é a não observância da lei do valor no processo de planejamento econômico. A coordenação da econômica é feita pelo plano ao invés de sê-lo pelo sistema de preços, os quais frequentemente se afastam fortemente de seus valores. Quando visitei a União Soviética pela primeira vez, em 1979, tive uma entrevista com o Ministro dos Preços e pude observar com clareza esse fenômeno. Apesar dos protestos dos economistas soviéticos, que desejavam que os preços correspondessem aos valores-trabalho, o que tínhamos na verdade era um complexo sistema de subsídios, principalmente aos bens de consumo, que distorsia a alocação de recursos, tornando ineficiente a produção. Some-se a isto a falta de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à melhoria da qualidade da produção, já que as empresas eram avaliadas pelo atingimento de metas quantitativas, e teremos as bases de um sistema que caminharia, mais cedo ou mais tarde, para taxas de crescimento muito baixas.

É contra essas práticas que se levanta Gorbachev com sua *perestroika*. A idéia básica é abandonar o estatismo e insituir um socialismo de mercado, em que a coordenação da economia será feita pelo sistema de preços e por um planejamento meramente indicativo. A concorrência deverá generalizar-se não apenas internamente entre as empresas, mas a nível internacional, através do aumento dos coeficientes de importação e exportação.

Os riscos que Gorbachev e de seu principal acessor econômico, Aganbengyan, com quem conversei longamente duas vezes, são muito grandes, e as resistências que terão que enfrentar, enormes. Para estabelecer o controle pelo mercado será necessário eliminar os subsídios e dar às empresas certa liberdade de marcar seus preços. Ora, teremos aí dois fatores inflacionários poderosos. Por outro lado as empresas deverão ter liberdade para despedir seus empregados, o que significará desemprego.

Por isso as resistências não vêm apenas da tecnoburocracia, cujo poder está sendo ameaçado. Têm origem também no povo, que, se de um lado aspira maior liberdade e maior progresso material, sabe que o razoável padrão de vida e a enorme segurança garantidos pelo atual sistema estão arriscados pelas reformas.

Gorbachev e sua equipe, entretanto, parecem ter a visão e a coragem necessárias. Estão determinados a levar adiante a *perestroika* e a *glasnost* apesar dos riscos e das resistências. Quem sabe chegarão assim a uma forma de socialismo democrático. (*Senhor*, 14 de setembro de 1988)

\*\*\*\*\*

## A PRIORIDADE MORAL

Nos anos cinquenta, quando comecei a me interessar pela ciência política, aprendi que o desenvolvimento político de uma sociedade pode ser medido pela maneira pela qual os eleitores votam: se o voto é dado a um candidato de acordo com critérios pessoais e populistas o país seria subdesenvolvido politicamente, ocorrendo o oposto se o voto obedecesse a critérios ideológicos. Essa concepção de desenvolvimento político continua válida para mim, mas entendo hoje que há uma preliminar - à qual não dava tanta importância no passado - que é absolutamente essencial: a qualidade moral dos candidatos.

É fundamental que o eleitor tome sua decisão a partir de princípios. Por isso o voto ideológico é um critério básico de desenvolvimento político. Em todas as democracias consolidadas do mundo o critério ideológico tem um papel decisivo. Os Estados Unidos, devido à adoção do regime presidencialista, representa até um certo ponto uma exceção à regra. Mas mesmo lá existe uma razoável diferença ideológica entre os eleitores do Partido Democrata e do Republicano.

Entretanto, prévio e prioritário ao critério ideológico está sempre o critério moral. Em qualquer um dos países desenvolvidos do mundo seria inconcebível que um dos grandes partidos lançasse um candidato reconhecidamente desonesto. E mais inconcebível ainda seria que os eleitores votassem nesse candidato. O passado de cada candidato é escrutinado exaustivamente. E só depois de ter passado pelo crivo moral, que ele poderá passar pelo crivo ideológico e pelo crivo da competência. Votar em um candidato sabendo que ele é desonesto, com o argumento de que "rouba mas faz", ou então, "rouba mas é ideologicamente confiável", é algo fora de cogitação nos países politicamente desenvolvidos.

No Brasil há quem acredite que a passagem do primeiro para o segundo argumento seria uma indicação de avanço político. O eleitor continua a votar imoralmente, mas passou de um critério meramente personalista para um critério ideológico. Não vejo, entretanto, nenhum avanço nessa passagem. Votar em um candidato sabidamente desonesto porque ele é conservador, como há muita gente de direita hoje pensando em fazer nas próximas eleições em São Paulo, é um sinal de subdesenvolvimento político e de relaxamento moral contristadores.

Votar de acordo com princípios é fundamental. Mas o primeiro princípio é o moral. Pessoalmente eu prefiro um candidato de centro-esquerda a um de centro-direita, mas se o candidato afinal eleito for de esquerda ou de direita, isto não fará diferença em termos de desenvolvimento político. A alternância no poder é própria das democracias. Entretanto, se for eleito um candidato sabidamente desonesto, o atraso político que isto representa será enorme. Um

sistema político se desenvolve e a democracia se consolida quando há um mínimo de confiança nos governantes, quando os governantes e o próprio regime político que lhes garante o poder não está desmoralizado. Ora, eleger candidatos reconhecidamente desonestos é por definição desmoralizante. Desmoraliza o regime político e o próprio eleitor, que se equipara a quem ele procura eleger. (*Senhor*, 28 de setembro de 1988).

\*\*\*\*\*

### A CORAGEM DE SER MODERNO

Se o seminário de estudos que o PSDB realizou em Brasília na última semana é uma boa indicação, estamos finalmente diante de um partido de centro-esquerda, social-democrático, que tem a coragem de ser moderno. A tônica dessa reunião, da qual participaram alguns economistas e todos os parlamentares federais do partido, foi a crítica de velhos slogans populistas que a esquerda brasileira adotou no passado e o apoio a medidas corajosas e firmes para enfrentar a profunda crise econômica em que se acha imerso o país - medidas no sentido da redução da dívida externa, da eliminação do déficit público, e da desindexação dos preços.

A reunião começou com a apresentação de um trabalho preparado por Hélio Jaguaribe, que contou com a colaboração dos economistas André Lara Resende, Edmar Bacha e Winston Fritch. Esse documento apontou duas crises que o país atravessa: uma crise estrutural e uma crise conjuntural. A crise estrutural é definida pelo dualismo entre um setor rico e moderno e um setor pobre e deseducado; pela deterioração e perda de funcionalidade do Estado; pelo atraso científico-tecnológico crescente; e pela paralisação do crescimento econômico nesta última década.

A crise conjuntural, por sua vez, tem como sua manifestação mais evidente uma inflação mensal superior a 20 por cento, a qual tem por trás um déficit público da ordem de 6 por cento do PIB, agravado pelo exorbitante peso do endividamento externo e interno.

Para fazer frente a essa crise conjuntural o documento constata a inviabilidade do gradualismo representado pela política do "feijão com arroz", e propõe, para escapar aos riscos da estagnação econômica e da hiperinflação, um programa abrangente de estabilização, com: (1) desindexação geral; (2) coordenação de salários e preços de acordo com seus valores médios dos últimos

seis meses; (3) eliminação do déficit público, de forma a tornar negativa a necessidade de financiamento interno ao setor público, através, (a) da elevação moderada da carga tributária, (b) da eliminação dos subsídios e incentivos, (c) da redução da despesa corrente, (d) da redução dos juros relativos à dívida externa (alem do financiamento total dos juros no primeiro ano); (4) adoção de uma política monetária e creditícia restritiva, com taxas de juros suficientemente altas para evitar a fuga de capitais e a formação especulativa de estoques; (5) adoção de uma política de taxa de câmbio flexível.

Durante todo o seminário os economistas autores do projeto e mais José Serra, Paulo Nogueira Batista Jr., João Paulo de Almeida Magalhães e o autor desta nota defenderam as linhas básicas do documento. Dércio Munhoz, que inicialmente pareceu ser uma voz dissidente, revelou na verdade um acordo básico com os demais. E os parlamentares presentes, entre os quais estavam alguns dos mais competentes e autênticos representantes da esquerda brasileira, participaram ativamente desse debate, cujo sentido básico foi o da crítica a velhas idéias populistas e desenvolvimentistas que não servem mais de critério para definir uma política econômica progressista.

No final do seminário Mario Covas resumiu o encontro salientando o acordo básico existente e afirmando que o verdadeiro critério de uma política econômica progressista é sua efetividade em reduzir as distâncias sociais e defender o interesse nacional. Ao concluir lembrou que o fundamental na política é a observância dos princípios éticos, que entre esses princípios o principal é o da coragem, e que coragem, no que diz respeito à política econômica, é decidir por medidas impopulares quando essas forem realmente necessárias.

Saí do seminário tão preocupado como os demais participantes diante da gravidade da crise, mas otimista em relação ao desempenho de um novo partido que, nesta reunião, demonstrou ter a coragem de ser moderno. (*Senhor*, 5 de outubro de 1988)

\*\*\*\*\*

## CHILE E BRASIL

A vitória do "não" no Chile foi saudada em todo o mundo como uma grande vitória das forças democráticas sobre o autoritarismo. Mas a transição para a democracia está apenas começando no Chile. Os riscos de uma reversão

autoritária são muito grandes. Os democratas no Chile vão agora, mais do que nunca, ter que agir ao mesmo tempo com muita firmeza e com muito cuidado para conseguir completar a transição através da eleição de um novo presidente, em princípio daqui a um ano.

Nesse processo as forças democráticas chilenas terão que fazer concessões ao regime autoritário que está terminando. É importante que essas concessões não sejam tão grandes ao ponto de prejudicar a própria natureza da transição, como acabou por acontecer no Brasil.

Na transição para a democracia as concessões conservadoras ao regime autoritário são inevitáveis. Estes, quando são instalados, contam em princípio com o apoio dos setores conservadores, empresariais ou burgueses, da sociedade, enquanto a oposição é formada por setores minoritários da burguesia com fortes convicções democráticas e pela grande maioria da esquerda, inclusive da esquerda que até há pouco era autoritária. Por isso, nos primeiros tempos dos regimes autoritários a resistência democrática tende a ser dominada pela esquerda moderada com fortes convicções democráticas. A transição, entretanto, só ganha força quando, em face às intrínsecas limitações do regime autoritário, a burguesia começa a mudar de lado e a se aliar à esquerda democrática. Essa aliança é fundamental para as forças democráticas, mas começam aí as concessões, porque a partir desse momento a transição terá que ser relativamente conservadora; perderá em parte seu caráter reformista.

No Brasil a aliança entre a burguesia e os setores democráticos de centro-esquerda ocorreu a partir de 1977. As concessões mútuas que então ocorreram foram muito razoáveis. A esquerda admitia claramente a consolidação do capitalismo no Brasil, enquanto os empresários aceitavam a necessidade de maior liberdade para os movimentos sociais e os partidos populares reivindicarem uma melhor distribuição de renda. A concessão, entretanto, que acabou tendo consequências trágicas para o país, foi a de se aceitar a adesão de membros do partido autoritário em troca da vice-presidência da república, para se conseguir a vitória no colégio eleitoral. Em consequência dessa decisão e da fatalidade da morte de Tancredo Neves, a transição democrática ocorreu, mas o poder acabou voltando quase integralmente para as mãos dos setores mais autoritários e conservadores do país.

No Chile, depois da vitória no plebiscito as forças democráticas querem antecipar as eleições presidenciais. Essa reivindicação é razoável, mas não é essencial. Essencial é eleger um presidente democrático, que una as forças democráticas de centro-esquerda e de centro-direita, e que assuma o



compromisso de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte responsável pela institucionalização da nova democracia no Chile. (*Senhor*, 18 de outubro de 1988).

\*\*\*\*\*

### AINDA HÁ ESPERANÇA

Há um desinteresse generalizado pelas eleições municipais do próximo dia 15 de novembro, e no entanto elas têm um papel importante na solução da crise brasileira dos anos 80. Da eleição no próximo ano de um presidente com o perfil de um estadista depende hoje o futuro do Brasil. Até lá teremos que ter paciência e suportar um governo desmoralizado e incapaz. E deveremos, como acaba de afirmar o senador Mario Covas, através dos partidos políticos, participar ativamente do pacto social necessário para evitar a hiper-inflação. Não há outra alternativa para o Brasil. Diante da eminência da hiperinflação é dever de todos pressionar e ajudar o governo federal para que este tome as medidas de emergência que se fazem necessárias.

A partir do início de 1990, entretanto, o Brasil tem uma alternativa para sair definitivamente da crise: eleger um presidente com a visão, a coragem e a firmeza que estão hoje nos faltando. E para isso as próximas eleições municipais são importantes.

Em São Paulo o PSDB apresenta José Serra como candidato à prefeitura. Sua candidatura tem um significado maior do que a simples escolha de um administrador capaz para São Paulo. Esta qualidade ele certamente tem, e de sobejo. E mais: tem a inteligência, a competência técnica e a imaginação necessárias sanear as finanças paulistas (cujo déficit público, ou seja, cujo aumento de endividamento público está sendo enorme na atual administração devido ao populismo irresponsável de Janio Quadros) e para resolver alguns dos problemas fundamentais da cidade de São Paulo.

A candidatura de José Serra foi a última a ser lançada. O PSDB é ainda um partido mal estruturado em São Paulo. Serra, pessoalmente, não é um candidato tão conhecido como Maluf, nem tem o apoio de uma campanha de propaganda maciça, gratuita e paga, e da máquina do governo do estado, como tem Leiva. Mas conta com o apoio dos principais líderes políticos de centro-esquerda do país, que não se deixaram submergir no fisiologismo corrupto representado pelo apoio ao governo federal. Conta também com o apoio

crescente das elites empresariais e intelectuais progressistas de São Paulo, que querem construir um Brasil moderno, democrático e socialmente menos injusto. É portanto, perfeitamente possível que uma virada ainda ocorra nestas eleições, e que Serra venha a disputar com Maluf o primeiro lugar. Em qualquer hipótese, uma boa colocação de Serra nestas eleições será importante para que o PSDB possa eleger no próximo ano o novo presidente da República.

Há muitos momentos que os homens de bem desesperam da política no Brasil. Quando candidatos manifestamente corruptos ou apoiados em governos marcados por escândalos de toda sorte aparecem nos primeiros lugares das pesquisas eleitorais, a tentação da desesperança é inevitável. E a desesperança provoca o desinteresse, tão evidente hoje nestas eleições municipais.

Mas precisamos lembrar que não há alternativa para a política. Ou melhor, que a única alternativa para a política é o autoritarismo, é a ditadura, é o desrespeito aos direitos humanos, e finalmente a corrupção generalizada na qual terminam os regimes autoritários. Por isso é importante que nestes últimos quinze dias que nos separam do dia 15 de novembro, nos envolvamos mais profundamente nas eleições. Ainda há esperança. Sempre haverá. (*Isto é-Senhor*, 2 de novembro de 1988).

\*\*\*\*\*

#### AS DUAS AMEAÇAS E O PACTO SOCIAL

Duas ameaças pesam hoje sobre a sociedade brasileira: a hiperinflação e o golpe de estado. As causas imediatas dessas ameaças são as altíssimas taxas de inflação e a completa perda de legitimidade - ou seja, de apoio da sociedade civil - por parte do governo Sarney, ou, mais precisamente, do governo Sarney-Saulo-Murad-Magalhães.

A ameaça de hiperinflação é iminente. Por isso a sociedade civil e os partidos políticos estão se movimentando na direção de um pacto social. A ameaça de golpe é menos clara, mas não deve ser descartada. É menos clara porque, ao contrário do que ocorria em 1964, não existe uma esquerda com um projeto revolucionário, nem uma direita com um projeto de modernização. Mas podemos ter golpes sem razões tão claras. A agitação social que a elevação das taxas de inflação pode causar pode ser uma das justificativas para uma intervenção em nome da ordem. Felizmente não há por enquanto sinais de agitação social. E há outras formas mais sutis de propor o golpe, como, por

exemplo, a proposta, abortada com firmeza pelos presidentes dos três principais partidos - por Ulisses Guimarães, Marcos Maciel e Franco Montoro -, de se fazer uma "intervenção branca" no governo e se nomear uma espécie de primeiro ministro para assumir o comando efetivo do país.

Soluções como essa, ou então a proposta de aprovação formal do parlamentarismo pelo Congresso são inviáveis, e só servem para desestabilizar o regime. Apesar da fraqueza do Presidente Sarney, é imprescindível garantir que ele termine o seu mandato, que, por uma irresponsabilidade das elites brasileiras e da maioria dos governadores, foi definido em cinco anos. Sarney afirmou que seu mandato é intocável, e de fato é. A prática democrática, especialmente sob o absurdo regime presidencialista, é difícil. Mas é a única alternativa para quem entende que a democracia é e deve ser um valor final, não subordinado a qualquer outro.

Nesta perspectiva é preciso que os empresários e trabalhadores que estão, a meu ver de forma patriótica, lutando por um pacto social, compreendam quais são os limites ou os verdadeiros objetivos desse pacto. Os jornais dão conta de um eventual conflito entre os participantes do pacto e os dois ministros da área econômica, porque estes se dispõem a tomar uma série de decisões fiscais sem consultar os empresários e trabalhadores. Não creio que isto ocorra. Mailson e João Batista de Abreu sabem que o esforço em direção ao pacto tem como principal objetivo ajudá-los, dar legitimidade às medidas duras de ordem fiscal e relacionadas ao choque (que os empresários e economistas eufemisticamente insistem em chamar de "política de rendas") que terão necessariamente que ser tomadas. Por isso estou certo que consultarão a sociedade em geral e em particular os líderes do pacto social.

Da parte destes, entretanto, é preciso que não esqueçam do objetivo fundamental que os animou a tomar a iniciativa do pacto. Esse objetivo não foi o de tomar o lugar do governo, mas de, ao mesmo tempo, apoiá-lo e forçá-lo a agir. Por isso não faz sentido para os participantes do pacto discutir a forma das medidas anti-inflacionárias. Devem apenas discutir os princípios gerais.

A tentativa de um grupo de incluir no pacto conversão da dívida em exportações, além de se constituir em uma negociata, é mais uma razão para que o pacto se atenha aos princípios gerais.

A responsabilidade final pelos resultados será sempre do governo, e, no caso da política econômica, de Mailson e João Batista. Por isso as decisões finais terão que ser tomadas por eles. O que a sociedade exige é que algo seja feito com firmeza e decisão para evitar a hiperinflação. O que, por sua vez, os dois ministros têm o direito de exigir é, do presidente, concordância para a proposta que estão elaborando, e da sociedade, apoio para que as medidas possam dar certo. Hoje, sem um pacto social é impossível resolver os problemas econômicos

gravíssimos que o país enfrenta, mas não se imagine que o pacto social substitua o governo. (*Folha de S.Paulo*, 04 de novembro de 1988).

\*\*\*\*\*

### AUTORIDADE OU AUTORITARISMO?

Foi com profundo desgosto que assisti no último domingo o governador Orestes Quéricia, com o objetivo de defender a ação violenta da sua polícia contra os professores e funcionários da USP, fazer, no programa gratuito de televisão, um ataque despropositado ao ex-governador André Franco Montoro, ao qual teria faltado a autoridade quando exerceu seu cargo. Para demonstrar sua tese e justificar inclusive o uso de gás lacrimogêneo contra manifestantes pacíficos em frente ao palácio do governo o governador Orestes Quéricia trouxe à tela da televisão as cenas da derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes, em 1983, e afirmou que uma cena igual jamais acontecerá no seu governo.

O governador está obviamente confundindo autoridade com autoritarismo, e, ao fazê-lo, está demonstrando que o PMDB, que lutou tantos e tantos anos pela democracia, desfigurou-se completamente. Não apenas deixou-se corromper pelo fisiologismo e a corrupção mesmo, como os jornais nos dão conta todos os dias, mas também abandonou seus princípios democráticos fundamentais.

A derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes em 1983 foi um fato lamentável que refletiu, de um lado, a crise social provocada pelo desemprego e a recessão da época, e, de outro, a falta de experiência do governo em lidar com manifestações daquele tipo. Mas o governo aprendeu com a experiência, e, sem precisar usar da violência, sem proibir que manifestações ocorressem em frente ao palácio, garantiu sempre que a ordem fosse assegurada. Para isso o governador Montoro contou com a competência da Polícia Militar, que, seguindo suas instruções, sob sua autoridade, foi sempre capaz de garantir a liberdade dos manifestantes e a segurança da sociedade.

Na verdade, os quatro anos do governo Montoro São Paulo deixam saudade. Foi um governo competente, honesto e democrático. E teve um papel decisivo na solução dos problemas nacionais ao ter-se transformado no principal responsável político pelo fim do regime autoritário com a eleição de Tancredo Neves para a presidência da República.

Ao invés de confundir autoritarismo com autoridade, envolvendo-se de forma equivocada na campanha pela prefeitura, o governador Orestes Quécia deveria lembrar do exemplo de seu antecessor e procurar ajudar a resolver a crise em que o país está envolvido. Mas é exatamente o oposto que está fazendo. Esta crise tem dois nomes: déficit público e presidente Sarney. Ora, no plano econômico o governador só tem pressionado o governo federal por maiores recursos, agravando o déficit público, e, no plano político, sabemos que foi graças principalmente ao seu apoio e ao do governador Newton Cardoso que o Presidente Sarney conseguiu cinco anos de governo. (*IstoÉ-Senhor*, 16 de novembro de 1988).

\*\*\*\*\*

### ELEIÇÕES MUNICIPAIS

A vitória de Luíza Erundina, do PT, em São Paulo, de Marcelo Alencar, do PDT, no Rio de Janeiro, e de Pimenta da Veiga, do PSDB, em Belo Horizonte, ou seja, a vitória de três candidatos de esquerda ou de centro-esquerda nas três principais cidades do Brasil, tem apenas um significado absolutamente claro, que já foi assinalado por todos: o repúdio do eleitorado ao governo e ao PMDB, à incompetência, ao fisiologismo e à corrupção que se instalou a nível federal e em boa parte dos governos estaduais, e às consequências dessas três características em termos de inflação e estagnação econômica.

Como resposta a esse protesto o eleitorado votou em massa nos partidos de esquerda. Apenas no Nordeste, onde o voto ideológico ainda não prevalece, não foi possível observar esse fenômeno com clareza. É importante assinalar esse fato porque o voto de protesto poderia, perfeitamente, ter se dirigido na direção da direita, caso o eleitorado não identificasse o governo Sarney com a direita e com o regime autoritário anterior. Mas está claro que os eleitores brasileiros não se deixaram enganar. No caso de São Paulo esse repúdio não ficou tão claro porque Paulo Maluf, ao mesmo tempo que obtinha o voto da direita ideológica, que não hesitou em nele votar apesar de saber de toda a corrupção em que seu governo esteve envolvido, conseguiu um considerável número de votos das camadas mais baixas da população graças à estratégia de desvincular-se do governo autoritário anterior. Foi mais claro o repúdio a Quécia que, apesar de ter em Leiva um candidato competente e respeitado, recebeu uma reprovação violenta de todas as classes de São Paulo devido ao envolvimento do seu governo com o governo federal e a corrupção.

Em termos partidários, o grande vitorioso foi o PT, que se beneficiou do fato de ter-se oposto sempre e coerentemente ao governo Sarney. O PDT de Brizola também se beneficiou desse fato, mas em menor grau. O PSDB não teve um grande desempenho não apenas porque é um partido muito novo, em fase de organização, mas também porque, embora tenha nascido do rompimento com o governo federal, não teve tempo para deixar clara essa desvinculação. Esta está clara, entretanto, em relação a seu provável candidato à presidência da república, Mário Covas, que, desde o início de 1987 foi no Congresso o principal líder da oposição ao governo Sarney.

É cedo para se tirar conclusões a respeito da repercussão destas eleições sobre a escolha do presidente da república no próximo ano. Na medida em que os governadores mais importantes do PMDB foram derrotados, está claro que Ulysses Guimarães será o candidato do partido, mas está claro também que suas chances eleitorais são mínimas. Embora deva tentar recuperar o eleitorado de esquerda, na verdade não terá outra alternativa senão ser o candidato da direita, que está órfã de líderes, a não ser que opte mais uma vez por desmoralizar-se com Jânio.

Quanto à esquerda, dividirá seus votos entre Lula, Brizola e Covas. Lula foi aparentemente o grande vitorioso, mas continua um candidato inviável a não ser que aprofunde a desradicalização não apenas de seu próprio discurso, mas também do discurso de seu partido. Brizola continua o eterno fantasma para a direita e para boa parte da esquerda. Covas, embora seu candidato tenha sido derrotado em São Paulo, continua sendo o candidato mais próximo do centro entre os três. Não conta com o apoio, certamente não tem o veto da classe política e ideologicamente hegemônica no Brasil - a burguesia. Ora, como ficou claro nas eleições passadas que o MDB e depois o PMDB foram vitoriosos, essas vitórias a nível nacional só ocorreram quando o veto da burguesia sobre esse partido, então de oposição e com uma imagem de centro-esquerda, foi suspensa. Por isso, com a vitória das esquerdas nestas eleições municipais a candidatura de Covas à presidência da República em 1989 provavelmente terminará saindo fortalecida. (*IstoÉ-Senhor*, 23.11.88).

\*\*\*\*\*

## O PT E O PODER

A vitória do PT nas últimas eleições não significa que o partido tenha se transformado em uma efetiva alternativa de poder a nível nacional. Para que isto ocorra não bastará que o PT realize boas administrações a nível municipal. Será necessário, adicionalmente, que o partido desradicalise sua mensagem e sua prática política.

A direita está se sentindo amedrontada com as primeiras declarações dos líderes do partido sobre a legitimidade de ocupações de terras, sobre revolução socialista. Mas ela se compensa da derrota com um raciocínio óbvio: primeiro fomos nós que nos desgastamos durante o regime autoritário; depois foi a vez do PMDB, que acabou se confundindo conosco na Nova República de Sarney; agora será a vez do PT se desgastar.

Não há dúvida de que a probabilidade de desgaste de quem ocupa hoje o poder no Brasil é enorme. O Estado brasileiro está financeiramente quebrado, e esta crise fiscal reflete-se em todos os níveis de governo. Por outro lado, as pressões que os prefeitos do PT vão sofrer para realizar despesas, principalmente na área social, serão enormes. Sem falar na pressão dos funcionários públicos municipais, muitos dos quais votaram no PT. Se, ao invés de tratar de sanear as finanças das prefeituras, tomando medidas duras e muitas vezes impopulares, os novos prefeitos petistas optarem por tentar atender uma boa parte das enormes demandas existentes, teremos mais uma experiência populista de governo, desta vez de esquerda, que em pouco tempo desmoralizará o PT.

Suponhamos, entretanto, que isto não aconteça. Afinal há gente séria e competente no PT. Seus líderes estão bem advertidos dos riscos do populismo. Quando eram apenas oposição não duvidavam em apoiar as reivindicações sociais inteiramente fora do alcance do governo, mas agora, no governo, imaginemos que mudem de atitude, e realizem bons governos municipais. Significa isto que estarão assim credenciando o PT a assumir o governo a nível nacional?

A meu ver a resposta a essa pergunta é negativa. Será necessário que, em adição, o PT caminhe suficientemente para a direita para deixar de causar receio à burguesia. Em países capitalistas, onde a hegemonia ideológica e política pertence claramente à burguesia, não existe a possibilidade de um partido claramente de esquerda alcançar o poder a nível nacional. Para que isto ocorra é necessário, primeiro, que o partido se desradicalize, abandone a ortodoxia marxista, transforme-se em um partido social-democrata. Isto aconteceu na Alemanha, na Espanha, na França. E no próprio Brasil isto ocorreu até um certo ponto com o PMDB. Foi só a partir do momento que esse

partido deixou de ter o veto da burguesia que ele pode aspirar o controle do governo federal.

A burguesia, exatamente porque detém a hegemonia política e ideológica, detém o controle de todos os aparelhos ideológicos da sociedade: a escola, a imprensa, as igrejas, as associações de classe. Pode haver influência de esquerda em algumas delas, mas será sempre uma influência limitada. Através dessas instituições o PT sofrerá agora uma crítica e será objeto de uma vigilância cerradas.

Naturalmente sempre será possível que seus líderes dêem uma forte guinada para a direita e ocupem o lugar de centro-esquerda abandonado pelo PMDB e ainda não ocupado pelo partido criado com esse objetivo: o PSDB. Quais são as possibilidades de que essa mudança ocorra? A meu ver muito poucas. O PT está ainda encantado com seu esquerdismo. Será mais fácil para o PT realizar boas administrações municipais do que se transformar, de fato, em uma alternativa de poder a nível nacional. (*IstoÉ-Senhor*, 30 de novembro de 1988).

\*\*\*\*\*

#### AUMENTAR O SALÁRIO MÍNIMO

A posição assumida por economistas e empresários no debate sobre o aumento do Piso Salarial Nacional, cujo nível o Congresso deverá decidir nos próximos dias, é uma excelente forma de testar o caráter moderno e progressista ou então conservador, senão retrógrado, daqueles envolvidos no debate. Estes não hesitarão em afirmar, conforme já o fez um empresário da ultra-direita especulativa, que "a proposta não trará benefícios reais aos trabalhadores. Vai gerar desemprego e colocar o país na hiperinflação". Em contrapartida, um grande empresário do setor produtivo de São Paulo, lembrava que a medida "não deverá trazer impacto maior à indústria paulista".

Na verdade, temos duas propostas no Congresso: uma, do deputado Maurílio Ferreira Lima, aumenta em 100 por cento, para Cz\$ 61.200 o Piso Nacional de Salários e determina aumento reais de 10 por cento durante um ano; e outra, do senador Carlos Chiarelli, eleva o Piso para 11 OTNs (cerca de Cz\$ 52.300 em dezembro, correspondente a um aumento de 70 cento sobre o valor nominal e de 35 por cento sobre o valor real) e determina aumentos reais de 1,5 por cento ao mês durante um semestre, ao final do qual o Congresso



reavaliará o problema. A primeira é exagerada, enquanto que a segunda estabelece um aumento razoável inicialmente e estabelece a obrigação de aumentos graduais nos meses seguintes.

Não há dúvida que a medida tem algum impacto inflacionário. É certo que no Nordeste e em alguns setores - serviços de limpeza, por exemplo - ela trará problemas. A Previdência poderá ter algumas dificuldades. Mas nós estamos cansados de saber que não existem medidas econômicas sem custos. E é preciso ficar claro que o impacto inflacionário do aumento do Piso Nacional de Salários não será alto, porque a porcentagem dos que ganham um salário mínimo neste país é pequena, e porque, com a criação do Piso, em julho de 1987 - transformado em norma constitucional pela Constituinte - o salário mínimo ficou desvinculado dos demais salários. Estes, quando há normas legais a respeito, ficam vinculados ao Salário Mínimo de Referência.

Uma das minhas maiores preocupações tem sido a de fazer a crítica do populismo - ou seja, tentar atender a todos, a trabalhadores, a empresários, a funcionários, a políticos, às custas do déficit público e da inflação - do nacionalismo retrógrado e protecionista, do estatismo ideológico, que muitos economistas confundem com posições progressistas. Sei muito bem, por outro lado, que, em matéria de salários, uma das atitudes populistas típicas é a de apoiar todas as reivindicações salariais a partir da afirmação tão absurda quanto recorrente de que "salário não causa inflação".

Mas, em contrapartida, todos sabemos que o Brasil é um dos países em que a concentração de renda é mais alta, não apenas quando comparada com os países desenvolvidos, mas também quando posta em confronto com a de países bem menos desenvolvidos. Todos sabemos que é impossível construir um capitalismo moderno com base em desigualdades tão gritantes. E que para se lograr uma distribuição de renda mais justa uma das medidas essenciais é o aumento do salário mínimo acompanhado da diminuição do leque salarial.

A proposta agora em discussão no Congresso tem esse sentido. Trará alguns problemas, mas certamente não nos levará à hiperinflação. Caminhamos para ela, sem dúvida, mas por outros motivos. Devido a um déficit público que o governo não tem a coragem de eliminar porque os governadores se recusam a diminuir suas obras, porque os empresários querem manter seus incentivos fiscais e não querem pagar mais impostos, porque os funcionários melhor remunerados não aceitam redução de seus salários, porque os políticos não tem coragem de demitir funcionários em excesso, porque as elites brasileiras não têm coragem de reduzir unilateralmente a dívida externa brasileira, porque o governo insiste em realizar uma política monetária ativa em benefício dos especuladores, pagando mais de 20 por cento de juros reais aos detentores de sua dívida mobiliária interna (o que, em um ano, representará cerca de 3 por cento do PIB).

O Piso Nacional de Salários, desvinculado dos demais salários, foi uma das poucas conquistas dos setores verdadeiramente progressistas no Brasil. Está hoje na Constituição. Precisa ser implementado com coragem e firmeza, se, apesar de tudo, acreditamos na modernização deste país. (*Folha de S.Paulo*, 27 de novembro de 1988).

\*\*\*\*\*

### VITÓRIA CONTRA O POPULISMO

A análise das últimas eleições municipais já foi feita de forma exaustiva. Foi uma vitória das esquerdas, foi um voto de protesto contra a inflação, contra a estagnação econômica, contra a corrupção. O PT foi o grande vitorioso, mas o líder político que saiu fortalecido, exatamente por encarnar o conteúdo do protesto popular sem se comprometer com o radicalismo daquele foi partido, foi o senador Mário Covas. Todas essas idéias estão bem assentes.

Mas há um outro significado destas eleições. O populismo sofreu um revez, sendo recompensados aqueles que no governo foram coerentes e não tentaram agradar a todos às custas do erário público. A comprovação mais clara deste aspecto das eleições ocorreu no Ceará, com a vitória do candidato a prefeito do governador Tasso Jereissati. Foi Tasso um dos poucos líderes do PMDB que não sossobrou diante da tormenta eleitoral. Por que?

É claro que podem haver muitas explicações para esse fato. Mas eu estou convencido de que a explicação básica é muito simples. Neste ano e meio de administração Tasso Jereissati deixou muito claro para o que veio. Não veio apenas para combater o coronelismo que sempre dominou a política cearense. Esta foi a sua bandeira vitoriosa na campanha eleitoral. Em lugar do coronelismo, propunha-se a realizar no Ceará uma administração voltada para a instauração de um capitalismo moderno. Mas o que Tasso Jereissati percebeu, ao contrário do que aconteceu com quase todo o PMDB, foi que não bastava agitar a bandeira do reformismo moderno. Era necessário agir. Tomar medidas concretas. E, em primeiro lugar, estava claro que era preciso sanear as finanças do Estado, levadas à situação falimentar por anos e anos de clientelismo político. O PDS havia se mantido no poder não apenas graças ao poder dos coronéis, mas principalmente graças à capacidade de distribuir empregos e favores, às custas dos cofres do Estado. Aliás, o poder dos coronéis vinha exatamente daí. Era preciso então demitir funcionários excedentes sem hesitação, reduzindo a despesa despesa pública.

O quadro que Tasso Jereissati encontrou foi o mesmo encontrado pela maioria dos governadores eleitos em 1986. Mas poucos tiveram sua coragem e firmeza. Lembro-me de ter-lhe dito, mais de uma vez, em meados de 1987, quando ele lamentava as enormes dificuldades financeiras que estava encontrando em seu estado, mais ou menos o seguinte: "agora você está enfrentando o pior, mas estou certo de que, graças ao saneamento financeiro que você está realizando, você vai realizar um grande governo, e vai sair como um herói, enquanto que os que agora não têm coragem de pôr ordem na casa vão depois pagar depois por isso".

Minha previsão confirmou-se mais depressa do que eu esperava. O populismo tem fôlego curto. Poucos são os políticos que conseguem sobreviver por muito tempo apoiados no atendimento irresponsável de todo tipo de demanda. É verdade que alguns conseguem enganar o povo por um tempo maior, mas o que estas eleições demonstraram é que está ficando cada vez mais difícil enganar todos todo o tempo. Lincoln disse isto a respeito do povo dos Estados Unidos há mais de um século. No Brasil sua frase está se confirmando com atraso. Mas o importante é que estamos caminhando na direção certa. (*Isto É-Senhor*, 7 de dezembro de 1988.)

\*\*\*\*\*

#### CRISE DA ECONOMIA, CRISE DAS ELITES

O ano de 1988 talvez fique marcado como aquele em que afinal a sociedade brasileira começou a tomar consciência da profunda crise em que está imersa desde o início da década. Não ficará, entretanto, na história como o ano em que o problema foi devidamente diagnosticado e as soluções apontadas, pelo simples fato de que, embora esse diagnóstico já tenha sido feito e as soluções apontadas por algumas vezes isoladas, a percepção do problema por parte da elites dirigentes brasileiras e a identificação das soluções caracterizam-se ainda por posições contraditórias e divergentes.

É comum atribuir-se ao governo Sarney, à sua incompetência, à sua falta de visão, à sua incapacidade de tomar decisões que confrontem interesses reais, ao seu fisiologismo, ao seu populismo de direita, ao seu imobilismo, à sua falta de liderança a causa de todos os males do Brasil. Todas essas críticas têm muito de verdade, mas sofrem de uma limitação básica: são injustas para com o governo na medida em que negam a responsabilidade das elites brasileiras pela falta de liderança hoje existente no país. Ao governo cabe ou caberia a liderança

política em sentido estrito, mas em sentido amplo são as elites políticas, empresariais e intelectuais que devem apontar os rumos que o país deve seguir. Ora, estas elites estão hoje completamente desorientadas. Mal tomaram consciência da crise estrutural da economia e da sociedade brasileira, e estão na prática tão confusas e imobilizadas quanto o próprio governo. Na verdade não temos hoje no Brasil apenas uma crise econômica e política, temos também uma crise das elites.

A crise econômica estrutural é uma crise fiscal, é uma crise de endividamento externo, é uma crise de transição para um novo modelo de desenvolvimento que ainda não foi definido. É uma crise muito mais profunda do que a que ocorre nos países centrais, que, desde os anos 70, atravessam uma fase de desaceleração cíclica de longo prazo explicada pela teoria das ondas longas ou ciclos de Kondratieff, porque a essa crise internacional somou-se a crise fiscal e da dívida dos países latino-americanos.

A crise política está relacionada com a crise econômica, mas possui uma relativa autonomia. A redemocratização exigia uma redefinição geral dos objetivos políticos da sociedade brasileira. A convocação de uma Assembléia Constituinte tinha esse sentido. Entretanto a liquidação do regime autoritário tecnoburocrático modernizante ocorreu em meio à crise econômica, tornando para as elites dirigentes ainda mais difícil definir um modelo político e econômico condizente com os novos tempos.

A redemocratização brasileira ocorreu depois de um longo período de intensa e bem sucedida acumulação capitalista, a qual, por sua vez, resultou em uma ampla e clara hegemonia ideológica da burguesia. O capitalismo, que a nível internacional consolidava-se com a crise do estatismo soviético, parecia estar-se consolidando duplamente no Brasil com o "êxito" da acumulação capitalista.

Escrevo "êxito" entre aspas porque, embora seja verdade que houve um enorme crescimento econômico no país até 1980, está entretanto ficando claro que a hegemonia burguesa decorrente desse crescimento não é tão sólida quanto parecia. E não é tão sólida porque a acumulação capitalista brasileira foi construída a partir de três bases intrinsecamente inseguras: concentração de renda, populismo de direita e de esquerda e endividamento externo. A crise das elites resulta diretamente dessa falta de solidez da hegemonia burguesa.

Os desequilíbrios decorrentes levaram no final dos anos 70 à necessidade de ajustamento, que o populismo das elites não reconheceu, preferindo, ao invés, transferir todo o ônus do ajuste ao setor público. Com isso apenas aprofundou-se a crise econômica transformada em crise fiscal.

Estamos assim diante de uma tríplice crise: de uma crise econômica, de uma crise política e de uma crise das elites. A crise econômica é uma crise fiscal e da dívida externa. A crise política é uma crise de legitimidade, na medida que

o Governo perdeu o apoio da sociedade. A crise das elites é uma crise de hegemonia, já que as elites dirigentes estão se demonstrando incapazes de resolver minimamente as contradições do processo de acumulação capitalista recente.

A solução para a crise, portanto, passa não apenas pela eleição de um governo com legitimidade política, capaz de enfrentar a crise econômica, mas também por uma reestruturação das elites brasileiras. Qual a forma que tomará essa reestruturação é difícil prever. Devemos, no entanto, pensar em uma ampliação das elites, incorporando setores políticos e social mal representados, e em uma reformulação de sua visão da sociedade brasileira. Em que direção? Talvez, se não for esperar demais, no sentido de uma crítica do populismo e do conservadorismo, de forma a permitir a construção de um capitalismo moderno e socialmente menos injusto neste país. (*Folha de S.Paulo*, 29.12.88).

\*\*\*\*\*

### CONTRADITÓRIO CONSENSO

Uma curiosa contradição vem caracterizando o debate sobre a crise econômica atual e a própria crise. Enquanto esta se aprofunda, enquanto a inflação tende claramente a transformar-se em hiperinflação e a produção por habitante permanece estagnada, os economistas, que sempre discoradaram tanto sobre as políticas a adotar, estabelecem entre si um quase consenso.

Este consenso é crescente. Está presente nos debates travados entre os economistas, reflete-se nas revistas e jornais. Ainda recentemente, ao terminar o primeiro dia de debates do *Forum Nacional: Idéias para a Modernização do Brasil*, que João Paulo dos Reis Velloso organizou com competência, André Lara Resende observou como havia sido extraordinário o consenso entre os economistas presentes.

Os pontos centrais desse consenso são muito simples e podem ser assim definidos: (1) o Brasil enfrenta uma crise econômica de gravidade sem precedentes, definida por altíssimas taxas de inflação e estagnação econômica; (2) as duas causas básicas dessa crise são a falência financeira do setor público, cuja principal manifestação é o déficit público, e uma dívida externa excessivamente alta para ser paga; (3) o déficit público é especialmente grave porque não pode ser financiado a não ser inflacionariamente: a colocação de títulos do governo representa um falso financiamento, já que que esses títulos,

com liquidez *overnight*, pouco se distinguem da moeda; (4) a dívida externa tem efeitos internos graves na medida não apenas que reduz a capacidade de investimento, mas também porque agrava a crise fiscal (a dívida externa é quase inteiramente pública) e acelera a inflação; (5) a inflação continua a possuir um poderoso componente inercial dada a quase total indexação da economia; (6) a solução para a crise está em reduzir a dívida externa, zerar o déficit público, e desindexar a economia.

Este consenso só não se completava entre os economistas porque o Ministro da Fazenda, até há pouco, limitava sua concordância ao problema do déficit público. Nas últimas semanas, entretanto, uma importante modificação vem ocorrendo na visão de Mailson. Aos poucos ele vai abandonando a política do " feijão com arroz", ao mesmo tempo que declara, com toda clareza, que a ameaça de hiperinflação é real, que a dívida externa precisa ser reduzida e que a economia precisa ser desindexada. Se Mailson pensasse assim quando assumiu o ministério provavelmente não teria feito o acordo que fez com os bancos credores. Quanto à desindexação, é bom lembrar que ela só é viável se acompanhada da eliminação brusca da inflação, ou seja, se for acompanhada de um congelamento de preços acordado pela sociedade. Mailson deve, portanto, estar à espera desse acordo. Enquanto isso o governo está imobilizado.

E é exatamente nesse ponto que reside a contradição. Há um enorme consenso sobre o que deve ser feito, mas pouco ou nada se faz na direção necessária. Em relação ao déficit são tomadas algumas medidas positivas, mas logo em seguida surgem medidas negativas que anulam as primeiras. Em relação à dívida externa ficamos apenas no discurso. O pacto social contenta-se em estabelecer metas elevadas para a inflação - metas que afinal não se cumprem - e acredita que assim se está evitando a hiperinflação.

Por que não se faz mais, apesar do consenso? Porque os interesses em jogo são muito grandes - interesses espalhados por todos os setores da sociedade. E porque não há nem legitimidade nem coragem para contrariá-los. Tanto para a legitimidade quanto para a coragem precisaremos provavelmente esperar pelas eleições presidenciais. E torcer para que até lá Mailson e João Batista de Abreu continuem "segurando as pontas", porque não é muito mais do que isto o que eles podem fazer. (*IstoÉ-Senhor*, 21 de dezembro de 1988).

\*\*\*\*\*